



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright 2010
ISSN 1887-4606
Vol 4(2) 332-363
www.dissoc.org

Artículo

**VIH/SIDA nos jornais portugueses:
construções visuais e linguísticas, discursos
e género**

***HIV/AIDS in Portuguese newspapers: visual and
linguistic constructions, discourses and gender***

Zara Pinto-Coelho

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal

Resumo

Este artigo questiona a representação visual do VIH/SIDA na imprensa portuguesa, partindo de uma abordagem da semiótica social (Kress e van Leeuwen, 1996) e de uma perspectiva feminista (Lazar, 2005). Pretende destacar o modo como se combinam os discursos usados na construção visual do VIH/SIDA e os usados na sua construção linguística, prestando especial atenção às diferenças e semelhanças entre representações de mulheres e de homens e aos discursos de género. Pode ser visto também como exemplo de uma forma possível de articular a Semiótica Social da imagem visual com a Análise Crítica do Discurso (e.g. van Dijk, 2005) numa análise da construção do género no discurso jornalístico.

Palavras-chave: VIH, SIDA, representação visual, discurso, jornais, média, género, semiótica social, análise crítica feminista do discurso

Abstract

This article discusses the visual representation of HIV/AIDS in the Portuguese press from a feminist perspective (Lazar, 2005), using a social semiotic approach (Kress & van Leeuwen, 1996). It aims to show the relations between the discourses used in the linguistic and in the visual constructions of HIV/AIDS focusing on co-constructions of ways of performing sexual differences and on the role of gender discourses. This research also intends to provide an example of how visual Social Semiotics and may be articulated with Critical Discourse Analysis (e.g. van Dijk, 2005) to analyse gender in newspapers' discourse.

Keywords: HIV, AIDS, visual representation, discourse, newspapers, media, gender, social semiotics, feminist critical discourse analysis.

Background e objectivos

As desigualdades de género e as ideologias na sua base constituem um problema fundamental para a prevenção e cuidados associados ao VIH/SIDA. São vários os estudos que apontam nesse sentido, e que mostram como este problema ganha diferentes formas em contextos culturais distintos (*e.g.* Rao Gupta, 2000; Mane & Aggleton, 2001; Kogan *et al.*, 2006). No entanto, esta dimensão política do problema não tem marcado a agenda do discurso público em Portugal, apesar de reconhecida em fóruns internacionais e de se constituir em vários países do mundo como uma arena de intervenção oficial, devido também aos esforços desenvolvidos pelos movimentos feministas. Dada esta necessidade, tenho vindo a desenvolver, no quadro de projectos colectivos de investigação, uma análise detalhada do discurso da imprensa sobre o VIH/SIDA. Se é verdade que a chamada imprensa de informação geral desempenha um papel fundamental na construção de uma opinião pública informada e nos processos de deliberação política, também já se sabe que o espaço público nas sociedades democráticas permanece um espaço *genderizado*, e que nesse processo o discurso dos média tem tido um papel crucial. Por isso quis saber se estes assuntos críticos entram na agenda da imprensa portuguesa, e de que forma, para tentar compreender melhor as relações entre o discurso jornalístico sobre género e os sistemas político e social.

Com este intuito, fiz uma análise crítica do discurso da cobertura jornalística de 12 periódicos portugueses, os principais diários e semanários (*Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Correio da Manhã, Público, 24 Horas, Primeiro de Janeiro, Sol, Expresso, Semanário, Visão, Focus, Sábado*), abrangendo os anos de 2007 e 2008 (1º semestre). Foram várias as estruturas discursivas analisadas, das quais destaco os tópicos expressos nos títulos e, a um nível mais detalhado, os tipos de explicações, as implicações e as escolhas estilísticas e retóricas que caracterizam o discurso da imprensa sobre o VIH. Esta análise permitiu concluir que a cobertura continua a dar preferência ao discurso medicalizado, somático e internalizado do VIH como uma doença sexualmente transmitida de identidades liminares e de comportamentos marginais, que remonta aos anos 80. Só que aplicado ao campo da homossexualidade. Neste domínio, a imprensa centra a sua atenção nas mulheres, quer nas mulheres com VIH e/ou SIDA, quer nas mulheres “em risco”, embora a ênfase seja colocada nas primeiras. Reproduzindo o discurso sobre risco usado na saúde pública (Lupton, 1993), os jornais analisados distinguem dois tipos de vítimas: as “vítimas culpadas” (enfoque no desvio sexual, objectivado na figura da “prostituta”) e as “vítimas inocentes” (enfoque no desvio sexual, objectivado na figura da

“mãe solteira”). Relativamente aos homens heterossexuais com VIH, são colocados em diversas posições: vítimas inocentes, vítimas da sociedade, ou vítimas do impulso sexual masculino. Os *nice guys* e as *nice girls*, quer dizer, mulheres e homens brancos da classe média, de meia-idade, casados e pais de família, nunca aparecem designados como grupo quando se fala de doença. Quando o assunto é a prevenção, e estão em causa práticas reprodutivas, a atenção recai apenas nas mulheres, na sua vontade, ou na falta dela, um traço característico do discurso da saúde pública sobre o assunto. Num caso, como noutro, e apesar da natureza contraditória das representações, a coerência ideológica deste discurso é evidente: homens e mulheres ocupam nele posições assimétricas.

A inscrição do discurso jornalístico em discursos de género hegemónicos, que introduz um elemento “familiar” na cobertura, aliada ao facto da maior parte dos leitores não ter uma experiência directa ou indirecta do assunto, torna mais provável que o conhecimento e as opiniões expressas sejam aceites passivamente pelos públicos destes jornais (van Dijk, 2005: 73). Relativamente às políticas de regulação do VIH/SIDA, o discurso jornalístico, ao definir o VIH/SIDA como um problema de comportamentos sexuais individuais de certos grupos de mulheres heterossexuais, que se explicam por actos de vontade, e sobretudo pela diferença heterossexual, contribui para manter afastada do espaço público a possibilidade de se discutir o assunto no quadro das desigualdades de género. Está ainda investido de outras utilidades ideológicas: pode servir para que eventuais reforços no controlo da liberdade sexual das mulheres sejam vistos como “inevitáveis”; pode também ajudar a explicar e a justificar a progressiva medicalização do problema e da sua solução, com o conseqüente enfraquecimento da dimensão pública ou social dos mesmos (Kippax & Race, 2003).

No presente artigo, pretendo complementar a análise mencionada, centrada apenas nas estruturas verbais do discurso jornalístico sobre o VIH, pondo em destaque o modo como o assunto é visualmente representado. Procuo saber em particular se há ou não coerência ideológica entre os discursos usados na construção visual do VIH/SIDA e os discursos usados na sua construção linguística.

A representação visual do VIH/SIDA nos média anglo-saxónicos

A questão da representação visual do VIH/SIDA nos média constitui um espaço importante de debate para investigadores, fotógrafos e activistas no quadro da “epidemia de significação” (Treichler, 1987) que tem

caracterizado o processo de construção social do campo que compreendemos como sendo o da SIDA. À semelhança do que ocorre noutros debates, centrados na natureza e no poder das imagens da diferença (Hall, 2001) para “fixar” discursos e posições de visionamento, não é de todo claro que as tentativas visuais feitas no fotojornalismo, e noutras áreas, no sentido de desestabilizar significações dominantes, tenham introduzido a mudança social desejada. Dar uma face à SIDA, substituir imagens negativas por imagens positivas, mostrar as pessoas a viver com o VIH/SIDA, em vez de a morrer com SIDA, parece ter significado a introdução de um discurso humanitário no quadro dos média anglo-saxónicos (e.g. Crimp, 1992; Gillman, 1987; Lupton, 1993; Sacks, 1996; Miller, 1998; Lynch, 2000; Campbell, 2008). O processo, no entanto, tem sido atravessado por contradições e, na verdade, parece continuar a funcionar sob a necessidade de externalizar o perigo, de tornar o doente diferente e a doença propriedade do *outro*, e de assim policiar fronteiras socioculturais (Crawford, 2006). Neste âmbito, os doentes tornam-se úteis por personificarem tanto as qualidades abstractas da doença, como as qualidades imaginadas do *outro*. Como é característico na história da compreensão das doenças mortais, o *outro* não é apenas *outro* porque é doente, mas o inverso: é a sua alteridade que explica porque são *eles*, e não *nós*, susceptíveis à doença (Sckiller *et al.*, 1994). No discurso do risco, utilizado na saúde pública relativamente ao VIH/SIDA, isto equivale a dizer que “estar em risco” significa também “estar em pecado”, quer dizer, ser-se visto não só como diferente, mas também como desviante.

Segundo Campbell (2008), o humanitarismo introduzido no fotojornalismo da cobertura do VIH/SIDA tem ainda outro tipo de efeito: o de reforçar a despolitização do problema. Ao funcionar sob o regime medicalizado, somático e internalizado da representação do VIH/SIDA, significou uma continuidade na tradição humanitária da fotografia documental, expressa no uso de imagens do indivíduo (corpo e face) para significar assuntos sociais. Ora, este tipo de estratégia, se bem que possa despertar nos visionadores sentimentos de tipo humanitário, pelo menos face a determinadas “vítimas inocentes”, contribui, simultaneamente, para reforçar a “ideologia da responsabilidade individual” pela saúde, característica da nova ordem social neo-liberal (Crawford, 2006). O *outro* que é mostrado pode suscitar pena, pode mesmo ser motivo de empatia e de identificação, mas permanece sempre como *o outro* para *nós*, não sendo portanto eficaz para evitar o processo em curso de atenuação do “social” ou do “público” nas políticas de controlo do VIH/SIDA.

Uma abordagem sócio-semiótica da imagem visual

Este breve retrato do debate em torno da representação visual do VIH/SIDA permite mostrar a relevância do assunto para os que se interrogam sobre o papel ético dos média na vida pública actual das sociedades ocidentais, assim como sobre o seu papel político na construção de uma opinião pública informada e de uma cidadania democrática. Apesar de vivermos num mundo extremamente visual, e do valor que jornalistas, organizações noticiosas e políticos dão à imagem noticiosa fotográfica, nem por isso são mais consensuais, ou melhor compreendidos, os modos como este tipo de imagem é usada nas práticas jornalísticas. Há, de facto, vários estudos que mostram o papel crucial desempenhado pela fotografia do jornalismo actual em situações de conflito e de crise (e.g. Huxford, 2004; Chouliaraki, 2006; Konstantilidou, 2008). Mas pouco se sabe sobre a dimensão visual dos assuntos que caíram na rotina jornalística, como é o caso do VIH/SIDA (Bardhan, 2001). Em Portugal, os vários estudos sobre a cobertura jornalística deste assunto (e.g. Traquina, 1998; Ponte, 2004; Pinto & Dias, 2006), centram-se na palavra e cobrem os períodos de crise. Será precisamente nos casos de rotina que a necessidade de reflectir sobre as práticas se impõe de forma evidente. Como sublinha James de Vries, apesar dos proprietários dos jornais e dos editores reconhecerem a importância da comunicação visual, o mais provável é que a pensem como um elemento decorativo do conteúdo: “*they are word paper, and their cultivation is infused with the solitary primacy of words*” (2008: 7). Deste logocentrismo parecem sofrer também as redacções, que tendem a ver a imagem como um mero acessório da palavra, não estando por isso sequer convencionadas as normas da sua utilização. Partir do princípio de que a linguagem é o elemento central numa página de jornal e reduzir, como acontece frequentemente, a dimensão visual ao uso da imagem fotográfica, e esta àquilo que mostra ou dá a ver, isto é, ao conteúdo, comporta o risco de não compreender a acção semiótica em causa. Importa sim, vê-la como ela é: uma página multimodal, um espaço onde imagem e linguagem, cada um com potencialidades e limitações inerentes, comunicam diferentes significados e se articulam de modos diversos, incluindo de modos contraditórios ou antagónicos (Kress & van Leeuwen, 2001; Jewitt & Oyama, 2001).

Em qualquer análise do uso de imagens fotográficas, ou de imagens de outro tipo, nas páginas dos jornais, importa ter em conta a “sintaxe” das imagens em causa, e o modo como se articulam com o texto linguístico e com os restantes elementos visuais da página (e.g. composição da página, tipo de letra, cor, etc.) num todo significativo e coerente (Kress & van Leeuwen, 1998). Mas este tipo de exercício apenas fará sentido se a isto

juntarmos o interesse de contextualizarmos a imagem na prática social de que faz parte. Isto é, se a analisarmos como um processo profundamente inserido em, e afectado por, estruturas de poder e sistemas de representações cultural e historicamente motivados. Portanto, ao estudarmos a significação visual, ainda que a ênfase seja posta na análise detalhada dos usos dos recursos visuais, a imagem nunca é vista como um texto fechado em si próprio. Na perspectiva da semiótica social de Kress e Van Leeuwen, as imagens visuais resultam de escolhas motivadas por “interesses” dos seus produtores e têm o poder de condicionar, de alguma forma, o leque de leituras possíveis. Daí que numa análise deste tipo não se possa separar o que é mostrado da forma como é mostrado, isto é, o conteúdo do modo como a ou o leitor / visionador é definido e convidado a posicionar-se face ao mesmo. Só assim poderemos compreender o que pode ser dito e feito com recursos visuais e a forma como esse uso pode ser interpretado.

A representação visual de qualquer assunto social nos média, ou fora deles, constitui por isso um objecto curioso e complexo. Ser capaz de analisar sistematicamente a representação visual permite não só negociar significados, que de outra forma poderiam ser articulados como sendo fixos, como também abrir portas a novas possibilidades semióticas e a novos regimes do olhar dando assim lugar à mudança societal (Jewitt & Oyama, 2001).

Metodologia

A articulação entre a análise visual e a análise da dimensão linguística dos textos é realizada neste artigo através da conjugação de dois elementos: título principal (identificado pela saliência visual – uso de *bold*, tamanho relativo, posição na página, incluindo a sua posição primeira face à imagem) e imagem mostradas na peça. Analisei o modo como se articulam, mas dei especial atenção à organização interna da imagem, uma vez que o visual constitui o objecto central deste artigo. Em alguns casos pontuais, analisei também a relação entre título, imagem visual e legenda.

Na análise da imagem visual, Gunther Kress e Theo van Leeuwen (1996), inspirados em Halliday (*e.g.* 1978), destacam três tipos de funcionamento semiótico, sempre realizados em simultâneo: representacional, interaccional e composicional. A dimensão representacional tem que ver com o conteúdo das imagens, com o modo como representam o mundo, e assim com os efeitos em termos de conhecimento e de crenças; a interaccional diz respeito à forma como as imagens criam determinadas relações entre os visionadores e os participantes representados, e portanto, aos efeitos de poder e de controlo; e a dimensão composicional relaciona-se com o modo como os elementos

representados formam um todo coerente, um tipo de texto reconhecido (por exemplo, uma fotografia noticiosa).

De forma a traçar um retrato geral da representação visual do HIV/SIDA, optei por classificar segundo o tipo (*e.g.* fotografia, ilustração, gráfico, desenho) as imagens visuais inseridas nas 59 peças jornalísticas do *corpus*. Num segundo momento, analisei a dimensão representacional destas imagens, isto é, a forma como constroem o mundo do VIH/SIDA: que pessoas, lugares e objectos dão a ver (e excluem). Dados os objectivos específicos deste exercício, e as características das imagens visuais em causa, usei duas categorias habituais neste tipo de exercício para agrupar motivos (motivos humanos / não humanos), tendo prestado atenção especial ao sexo da pessoa mostrada e ao modo como o corpo é representado (na totalidade/em fragmentos). Por fim, classifiquei as imagens segundo os dois tipos de padrão representacional identificados no quadro analítico de Kress e van Leeuwen: imagens narrativas e imagens conceptuais. Distinguem-se em termos visuais pela presença ou ausência de um vector ou vectores que ligam os participantes. As representações narrativas relacionam os participantes em termos de “acções” ou de “acontecimentos” por meio de um vector, isto é, uma linha, frequentemente diagonal, que expressa algum tipo de “fazer”. As conceptuais não contêm vectores. Definem, analisam ou classificam pessoas, lugares e coisas. Representam os participantes segundo as suas essências, mais ou menos estáveis, mais ou menos eternas, e não como estando a fazer alguma coisa. Imagens narrativas e conceptuais desempenham assim funções muito diferentes em termos de comunicação. As primeiras servem para contar histórias, as segundas para explicar como as coisas são. Uma vez que estamos face a imagens de textos jornalísticos e que estes se inscrevem na sua maioria no género “notícia”, será que as imagens são de tipo narrativo? Representarão uma cena, o actor da notícia num processo de fazer alguma coisa a ou para alguém? Ou será que servem para definir o actor, classificando-o, atribuindo-lhe um significado e uma identidade?

Ainda dentro deste quadro geral, procedi a uma classificação do conjunto das imagens segundo o seu funcionamento interaccional. Quer dizer, segundo o modo como convidam os leitores/visionadores a posicionarem-se face ao que é mostrado. Dos muitos traços visuais passíveis de serem usados para construir esta relação, levei apenas em conta um deles para efeitos de construção do retrato geral – o acto da imagem –, sendo que os outros traços (*e.g.* a distância, traduzida no tamanho dos enquadramentos, o ponto de vista, expresso pelos ângulos, e a modalidade, expressa de várias formas: grau de saturação das cores, iluminação, profundidade, etc.) serão usados na análise dos exemplos escolhidos para discutir em detalhe. Relativamente ao acto da imagem, Kress e van Leeuwen defendem que as

imagens visuais podem agir no e para a visionadora de duas formas: ou pedir-lhe algo, no caso em que o participante representado olha directamente para a visionadora (imagens-pedido); ou simplesmente darem-se a ver como objectos de contemplação, nos casos em que o participante representado não olha directamente para a visionadora (imagens-oferta). O acto da imagem, ou seja, se a imagem pede algo ao visionador ou lhe oferece algo, é crucial, assim como aquilo que pede ou que oferece. É a natureza do acto da imagem que determina o seu conteúdo, uma vez que ver uma imagem implica, em primeiro lugar, ser posicionado de uma forma social particular pela e em relação à imagem, isto é, ser posicionado face ao mundo que ela mostra e face a quem a produz. Como é que os leitores/visionadores dos jornais são posicionados para olharem para a cena representada nas imagens que acompanham as notícias? Que tipo de atitudes lhes são atribuídas face ao representado? Como é que estes significados são inscritos por relações de poder – especialmente as relações de poder entre os indivíduos ou grupos sociais representados, os jornais que publicam e os leitores implicados?

À análise geral dos tópicos (van Dijk, 2005) expressos nos títulos, efectuada na investigação que precedeu a actual, juntei uma análise detalhada de algumas das suas estruturas. Com este fim, usei o modelo fornecido por van Leeuwen (1997) para a análise da representação dos actores sociais. Recorri também ao vocabulário analítico usado por Norman Fairclough (1995), referente às escolhas realizadas ao nível gramatical (nominalizações, voz passiva, tipos de processos) e à estrutura de distribuição da informação na frase que compõe o título (o “tema”, isto é, a informação colocada no início da frase e que define sobre o que é a mesma, sendo por isso mais proeminente em termos informativos). Importa referir, por fim, que o sistema de relações entre texto e imagem proposto por Martinec & Salway (2005) constitui igualmente uma fonte de inspiração, assim como as propostas sobejamente conhecidas de Stuart Hall (1982) e de Roland Barthes (1961; 1964).

Os exemplos mostrados neste artigo estão organizados sob a forma de dois conjuntos, relativos a imagens com motivos humanos, as que mais são usadas na cobertura jornalística do VIH. O primeiro conjunto integra as imagens-oferta (da foto 1 à 7), e constitui o centro da discussão, e o segundo (da foto 8 à 10), as imagens-pedido. O conjunto das imagens-oferta inclui: título principal da notícia e fotografia que a acompanha, em regra colocada depois do título, e a identificação da fonte. O conjunto das imagens-pedido, para além de incluir os títulos das peças, e a identificação dos jornais em que foram publicadas, inclui também citações que acompanham duas dessas imagens, que não serão analisadas no contexto deste artigo.

VIH/SIDA e género nas páginas dos jornais portugueses

De forma a poder contextualizar a discussão da análise visual no quadro discursivo global que caracteriza a cobertura jornalística, importa sumariar alguns dos seus traços principais, quer em termos de produção (fontes e géneros noticiosos mais usados), quer em termos de textos verbais (tópicos mais abordados). Relativamente às fontes, constatou-se que as fontes institucionais (sobretudo as ligadas às ciências médicas, à saúde pública e ao aparelho judicial) são as mais usadas. E que o recurso a fontes ligadas a ONGs é insignificante no contexto actual. O género jornalístico escolhido por excelência é a notícia, cobrindo 66% dos casos analisados, seguido da reportagem (21%). No que concerne às estruturas discursivas, destacamos duas classes de tópicos associados com o VIH: a mais frequente é sobre problemas vividos e causados por pessoas com VIH/SIDA; a outra classe de tópicos versa sobre o VIH, nomeadamente sobre avanços e retrocessos do conhecimento científico sobre o VIH, novidades relacionadas com as políticas públicas nacionais (incluindo as de educação sexual) e internacionais como o uso de contraceptivos e a realização de testes de detecção do vírus por celebridades.

Relativamente às representações visuais, o tipo de imagens mais usadas são as fotografias, incluindo as de arquivo, sendo poucos os casos em que se usam desenhos ou gráficos. A escolha está em sintonia com a natureza predominantemente factual do discurso jornalístico em análise, que é, como referi antes, produzido num contexto em que o VIH/SIDA caiu na rotina. Ao nível visual detectei uma hierarquia na organização de tópicos semelhante à dos tópicos no texto escrito: das 38 peças jornalísticas acompanhadas por uma ou mais imagens visuais (o que representa 64% do total das peças do *corpus*), 24 cobrem tópicos relacionados com problemas das pessoas com VIH/SIDA. Apenas 6 das fotografias que constituem o *corpus* integram motivos não-humanos (*e.g.* edifícios, medicamentos, preservativos, moléculas).

Responsabilização: invisibilidade dos homens heterossexuais

Relativamente às imagens com motivos humanos, mulheres e homens são mostrados de forma diferente (não se inclui nesta comparação o tratamento visual dado às fontes institucionais, quer em notícias em que são chamadas a dar opinião sobre um evento, quer em notícias em que as fontes são o motivo da notícia). A diferença resulta da frequência com que se são representados, e do modo como se escolhe fazê-lo. As mulheres são mostradas mais vezes do que os homens. Mesmo nos poucos casos em que a

narrativa se centra num acontecimento em que estão envolvidos um ou mais homens com VIH, os jornais escolhem colocar imagens de mulheres por (alegadamente) serem suas “companheiras”, ou por serem alvo de discriminação social (ver foto 1, “Jovem seropositivo acolhia prostitutas para sobreviver”, *Diário de Notícias*, 13/12/2007, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-foto01.jpg> e foto 2, “Não há casos de transmissão de VIH por alimentos”, *Jornal de Notícias*, 25/11/2007, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-foto02.jpg> respectivamente). Optam assim ou por inverter a relevância que é dada ao homem no título (colocado na posição de tema na foto 1), ou usam a imagem para acrescentar significados novos e diferentes ao título principal da notícia (caso da foto 2).

Embora a crónica onde parece a foto 2 se centre nos problemas de discriminação vividos por um cozinheiro e por um cirurgião, e coloque o caso da Cristiana numa posição secundária (visível pelo lugar e espaço atribuídos ao mesmo na mancha verbal global, e pela sua exclusão do título principal), é ao caso feminino que se dá relevância visual. E apesar de no fim da crónica os leitores ficarem a saber que esta “mãe solteira” “já perdoou quem lhe ocultou e transmitiu o vírus”, não é esse o facto destacado na legenda da imagem (“Cristiana conta com o apoio da chefe, mas é discriminada pela família”).

O privilégio concedido à masculinidade heterossexual também é visível em notícias sobre o uso de contraceptivos (ver foto 3, “Um terço das mulheres já engravidou sem querer”, *Público*, 07 /05/2008, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-foto03.jpg> e foto 4, “Porque é que os portugueses resistem aos preservativos?”, *Público*, 03/09/2007, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-foto04.jpg>). Na foto 3, título e fotografia reforçam-se mutuamente. Ambos realçam a gravidez, e não a concepção, responsabilizando assim apenas as mulheres pelo seu controlo, como se o óvulo se auto-fecundasse. No entanto, a legenda da fotografia (“maioria destas gravidezes resulta da falta de uso de contraceptivos”) acrescenta novos significados à imagem fotográfica e ao título da notícia, ao explicar a gravidez pela “falta de uso de contraceptivos”. Como na imagem apenas se mostra a barriga de uma mulher, e como se opta linguisticamente pelo substantivo “uso”, o qual sugere que se trata apenas de uma questão de escolha individual, resulta daqui um novo significado: para além de serem construídas como as responsáveis pelos cuidados de contracepção, as mulheres são também culpabilizadas por causa da sua aparente cedência voluntária ao risco. Tanto num sentido como noutra, o homem heterossexual desaparece.

No caso da foto 4, a estratégia visual escolhida é diferente. Trata-se de uma imagem narrativa, e não conceptual como a anterior. Mostra-se um

casal de jovens de costas para o visionador, a afastar-se, mas é à rapariga que é dado o papel de agente na acção de conduzir o rapaz. Apesar do título falar das resistências dos portugueses ao uso do preservativo, a imagem, na qual a mulher conduz o homem, encerra uma oposição entre dois tipos de informações: uma que o jornal apresenta como já sendo conhecida pelo leitor, a de que são os homens que resistem ao uso do preservativo, e a novidade que defende, a de que cabe às mulheres a responsabilidade de quebrar a resistência, de conduzir o processo (em direcção à luz – à parte iluminada da imagem –, o comportamento responsável).

Esse significado resulta de várias escolhas feitas ao nível da composição da imagem, que atribuem uma maior saliência visual à mulher representada: apesar do corpo do rapaz estar colocado na parte da frente da imagem, e de ser o elemento maior, o corpo da rapariga está colocado mais à frente do que o do rapaz, está mais perto da luz, e o vermelho da sua camisola, em contraste com a ausência de cor da do rapaz, é usado para guiar a direcção do olhar para a direita, o ponto de onde emana a acção, apresentando-se assim a liderança feminina no casal heterossexual como sendo o que é novo para o leitor em assuntos de preservativos. A opção por uma modalidade menos realista no quadro do código fotográfico (sem *background*, jogo de sombra e luz, cores pouco saturadas) também ajuda a reforçar o significado idealista do que é advogado: trata-se daquilo que as raparigas deveriam fazer, para serem fiéis aos seus deveres de “prestadoras de cuidados”, e não do que elas realmente fazem.

O apelo à assertividade feminina coloca sobre as mulheres expectativas contraditórias: a de terem de ser sexualmente assertivas, na lógica da saúde pública, e a de deverem ser sexualmente passivas, segundo o discurso do instituto natural heteromascuino (Holloway, 1984; Holland *et al*, 1998). E tem o efeito de assegurar a reconstituição da naturalidade implicada na ideologia da heterossexualidade masculina, uma vez que no apelo à assertividade das mulheres se apresenta a resistência dos homens aos preservativos como constituindo o ponto de partida aceite pela ou pelos leitores, ou como sendo o que é visto por eles como “normal” ou “natural”.

Somatização da feminilidade e do VIH/SIDA

Outra das diferenças entre a forma como são representados mulheres e homens é a seguinte: as imagens em que se mostram apenas mulheres estão mais centradas no corpo, no corpo erótico e materno, e esse corpo é mais frequentemente reduzido a fragmentos. Temos assim que o VIH/SIDA é representado metonimicamente por uma parte do corpo da mulher, e, simultaneamente, essa parte do corpo da mulher, simbolicamente associada

à sua heterossexualidade e a valores eróticos e maternais, define a feminilidade. Digamos que ocorrem dois processos em simultâneo, o da somatização do VIH/SIDA e o da somatização da feminilidade. Em ambos os casos, os actores sociais envolvidos são despersonalizados ou objectivados (van Leeuwen, 1997). Estas escolhas são ideologicamente congruentes com as posições contraditórias atribuídas às mulheres no discurso escrito. Como referi antes, a imprensa portuguesa reproduz a vacilação já histórica do discurso dos média ocidentais sobre as mulheres e o VIH/SIDA. Colocando a ênfase no desvio dos *scripts* da heterofeminilidade dominante relativos às práticas sexuais e à maternidade, vacila entre a representação da mulher como fonte de contágio e a sua representação como vítima culpada.

Vejamus o caso da foto 5 (“Tribunal obriga médica a quebrar sigilo num caso de eventual infecção com HIV”, *Público*, 16/2/2007, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-foto05.jpg>.) que ilustra o processo de construção da diferença sexual feminina como desvio do *script* heterossexual e como fonte de contágio, tanto para os homens, como para as mulheres “normais”. Este é o tema que reúne o maior número de textos dedicados ao VIH/SIDA em todos os jornais diários. Trata-se do caso designado pelos jornais como sendo o da “prostituta”. Levando em conta a relação entre o título escolhido para a notícia e o tipo de fotografia que a acompanha, vemos que as opções de representação são diferentes. Enquanto no título se opta por sublinhar a acção do tribunal sobre a médica (“Tribunal obriga médica”), e por usar a nominalização (“infecção com HIV”, em vez de “alguém está infectado com”), o alvo da fotografia não é um representante do tribunal, nem a médica. Neste jogo, a escolha visual ajuda a especificar o que tinha sido deixado em abstracto no título. No entanto, o efeito de reificação, produzido pelo uso da expressão “caso de eventual infecção com”, acaba por ser reforçado pelo tipo de imagem oferecida. É uma imagem que visa essencialmente classificar a participante representada como fazendo parte de um certo grupo. Esse grupo é simbolicamente representado por objectos (*e.g.* botas, saia, meias), pose, circunstâncias e lugar (ambiente urbano nocturno, esquina de rua), atributos e circunstâncias estereotipadas que estabelecem a identidade da mulher representada como prostituta.

A um segundo nível, há nesta imagem outros processos, de natureza narrativa, em que a mulher é representada como estando à espera, e a puxar o casaco para o lado, mas o jogo mútuo entre título e imagem apenas serve para reforçar a intenção classificadora da imagem. Este jogo entre imagem e título exemplifica o tautologismo característico do discurso do VIH/SIDA sobre as prostitutas (e outros grupos “desviantes”), assente na equação de actos e identidade (Richardson, 1996; Patton, 1990), e que vemos agora

replicado: independentemente da diversidade das práticas sexuais, do facto de haver ou não consentimento ao acto, e deste resultar em transmissão, estes grupos de mulheres são colocadas *a priori* como fontes “poluentes”, ou seja, como culpadas. No exemplo em análise isto significa que sob uma aparente personalização (já que a notícia em causa se refere a uma mulher em particular) é com base num esquema de opiniões negativas estereotipadas (van Dijk, 1998) que o caso é implicitamente explicado.

A foto 6 (“Imigrantes. Grávidas seropositivas ignoram perigos”, *Diário de Notícias*, 14/04/2008, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-foto06.jpg>.) constitui outro exemplo de uma imagem fragmentada, mas desta vez representa a mulher-mãe, simbolicamente representada pelo ventre, o significante-chave da maternidade (Betterton, 2002). Se a compararmos com a imagem mostrada na foto 3, podemos notar uma diferença significativa. É verdade que ambas são imagens conceptuais, e que a saliência visual do ventre da participante representada constitui o atributo que permite definir a sua identidade como grávida. No entanto, há na imagem da foto 6 um outro processo, que estabelece a sua identidade como “grávida doente”, um significado que lhe é atribuído pelo valor simbólico associado aos medicamentos que segura na mão. O peso visual dado ao *blister* de medicamentos, por ser mostrado na parte da frente da imagem, e pela saliência visual da cor branca em contraste com as mãos negras, reforça visualmente a definição da mulher como doente. Trata-se visualmente de um processo simbólico-atributivo (Kress & van Leeuwen, 1996): o atributo é o *blister*, destacado, mostrado, exibido ao visionador e aparentemente fora do local ou a despropósito na situação representada. Além disso, ao contrário do que acontece na fotografia 3, a distância a partir da qual é mostrada a participante representada é maior, permitindo visualizar o tronco e uma parte do seu rosto: queixo e lábios. Lábios e cor de pele servem para lhe acrescentar ainda outra diferença: a étnica. Olhando para a designação escolhida para as caracterizar no título da notícia (“imigrantes”, “grávidas seropositivas”), e para o facto de terem sido colocadas na posição inicial de “tema” na frase que constitui o título, poderíamos dizer que a imagem mostra um exemplo típico dessa classe. No entanto, também se reforçam mutuamente: o facto de se ter escolhido (mais uma vez) uma imagem conceptual para acompanhar um título narrativo, em que se representam os actores sociais no papel de agente num processo mental, mostra visualmente o peso ideológico que é atribuído à pertença de grupo. Esse mesmo peso é visível também na acusação que o título faz. Esta acusação resulta do tipo de acção que é atribuída a estas grávidas: “ignoram”. Ora “ignorar” significa, no contexto da notícia, toda ela centrada nos “desvios” sexuais das

imigrantes, colocar outros em risco, estar em pecado, e não *desconhecer* os perigos.

Esta notícia ilustra bem as implicações da inscrição já clássica do discurso sobre mulheres e VIH no discurso racista. Os riscos em destaque no texto verbal não são os riscos para o feto, um traço clássico no discurso medicalizado sobre grávidas e VIH. O que está em causa são os perigos que estas grávidas colocam aos “companheiros”. É este preconceito racista genderizado que guia o modo como a jornalista ao longo da notícia explica, condenando, as práticas sexuais e preventivas destas grávidas, usando passagens de entrevistas (integradas no estudo que motiva a notícia) que remetem para a ideia de promiscuidade sexual, tradicionalmente associada à sexualidade feminina negra.

Externalização do desvio heterossexual

Os últimos exemplos analisados mostram como as estratégias de somatização visual, em articulação com estratégias de generalização e de assimilação linguística, usadas na representação das mulheres heterossexuais com o VIH e ou SIDA (e também das mulheres em risco) resultam na sua despersonalização. Estas mulheres são simbolicamente retiradas do mundo da experiência imediata dos leitores, tratadas como outros distantes, em vez de pessoas com quem “nós” temos de lidar no quotidiano. A estratégia de oposição é reforçada pela localização da patologia em certos grupos de mulheres, definidas pela sua heterossexualidade, mas cuja heterossexualidade é definida como desviante. Neste aspecto, o uso de imagens conceptuais para as representar desempenha um papel crucial: localiza o desvio sexual na mulher representada como uma essência fixa, como se fosse um atributo particular de um certo tipo de pessoa. É desta essência que se faz decorrer simbolicamente a sua patologia (Watney, 1987).

A estratégia da externalização do perigo (Crawford, 2006) não decorre apenas da natureza do mundo que é mostrado aos leitores, mas resulta também de outro tipo de escolhas visuais. Como disse antes, este funcionamento é simultâneo, apenas distinguido para efeitos de análise. Trata-se das opções realizadas ao nível do significado interaccional das fotografias noticiosas. Repetindo o que referi na metodologia, é através das escolhas realizadas ao nível interaccional que os leitores são definidos e posicionados face ao mundo mostrado. Na análise que fiz da totalidade das fotografias com motivos humanos, no que se refere à construção de uma posição para a ou o visionador, vimos que, com excepção das fotografias referentes a fontes, entrevistados ou celebridades e elites de algum tipo, a preferência recai no tipo de imagens classificadas por Kress e van Leeuwen

como imagens-oferta. No caso das elites, a imagem-pedido é a preferida, o que reforça o sentido de ligação entre os leitores a esses participantes humanos. Se atentarmos nas fotografias que integram o conjunto I (foto 1 a 7) e o conjunto II (foto 8, 24 *Horas*, 14/05/2007, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-Foto08.jpg>., foto 9, *Expresso*, 24/11/2007, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-Foto09.jpg>., foto 10, *Visão*, 25/05/2008, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-foto10.jpg>.), poderemos ver isso mesmo.

No conjunto I, em nenhuma das fotografias o participante representado olha directamente o leitor. É simplesmente dado a ver, como se fosse um *item* de informação, um objecto, um “espécime” de uma classe. Ergue-se assim uma barreira entre os participantes representados e a leitora ou leitor, que passam deste modo a ver sem serem vistos, ocupando a posição de *voyeur*. A preferência por este tipo de imagem pode ser vista como reprodutora de uma característica do discurso noticioso em causa. Um discurso que pretende ser objectivo, livre de emoções, mostrando a realidade tal como ela é, e que coloca a e o leitor no lugar de testemunha. Esta intenção é expressa também na escolha do tipo de imagem, a imagem fotográfica, um tipo de imagem que se oferece como uma janela transparente sobre a verdade, como garantia absoluta do seu referente (Sontag, 1979), prova de que “a coisa esteve lá” (Barthes, 1980).

Porém, se olharmos para as escolhas realizadas ao nível da modalidade das fotografias do conjunto I, vemos que não seguem o código naturalista habitual da fotografia jornalística. Ainda que de formas ligeiramente diferentes em cada um dos casos, os participantes representados são retratados não como se fossem reais, mas como se fossem menos do que reais, ou seja, como imagens. Imagens que podem ser mesmo fantasmagóricas, como no caso da foto 2, onde se recorre à estratégia habitualmente usada pelos média quando mostram criminosos. Desta forma, os participantes representados tornam-se protótipos, exemplos típicos, e não pessoas particulares, localizadas num espaço e tempo específicos. O efeito é conseguido por vários traços visuais associados à produção de significados interaccionais, apresentados a seguir de uma forma agrupada: ausência de *background*, fundos lisos e desfocados, ausência de cor, jogo de luz e sombra, desfocagem, ausência de profundidade, técnicas de escurecimento, etc. Todas estas escolhas reforçam os efeitos de não-envolvimento e de distanciamento construídos pela ausência do olhar directo nas imagens, e são ainda enfatizadas pelo tipo de ângulo da câmara (ângulo de tomada de vista) escolhido.

O ângulo de tomada de vista representa outro nível dos significados interaccionais das imagens, associado à construção de relações entre

participantes representados na imagem e visionadores. Como se pode ver no conjunto I, todas as imagens-oferta têm um ângulo horizontal oblíquo. Tal significa que o fotógrafo (e assim o leitor) não alinha, não se identifica, nem se envolve com os participantes representados. É como se se dissesse aos visionadores: as mulheres que vêem não fazem parte do nosso mundo. Mesmo os *close-ups* usados, ao invés de significarem proximidade, como são mostrados numa imagem sem fundo, e estão centrados no ventre, contribuem para a “genericização” (van Leeuwen, 1997) e “essencialização” dos participantes representados, reforçando assim a distância. Em quase metade dos casos do conjunto I (foto 1, 3 e 5), o ângulo de tomada de vista vertical ajuda à construção de relações de poder: através de ângulos picados, o visionador é colocado na posição de alguém que tem poder sobre o participante representado, é alguém que “olha de cima” para o outro.

Masculinização do olhar

A última questão que vale a pena frisar diz respeito à definição do leitor. Se as mulheres representadas são colocadas na posição do outro heterossexual, e já vimos os vários “tipos” aí incluídos, quem somos “nós”?

Os traços anteriormente apontados permitem fazer um retrato genérico do seu perfil ideológico de género. Salientei a evidência empírica do privilégio dado aos homens heterossexuais nesta cobertura, traduzida em termos visuais pela escolha de os manter invisíveis, mesmo nos casos em que pessoas com VIH/SIDA do sexo masculino constituem o motivo da notícia e, em oposição, por submeter as mulheres ao escrutínio público. Traduz-se também na relevância dada a certos tópicos e na exclusão de outros. Por exemplo, o facto de se excluírem tópicos relacionados com as necessidades das mulheres, e de os centrar nas necessidades dos homens e das crianças. Nas peças que abordam casos de homens com VIH, os discursos usados são diferentes: no texto escrito, é-lhes atribuído o papel de vítimas (do impulso sexual, da droga ou da sociedade) e, na imagem visual, a opção é mantê-los invisíveis, como vimos antes nas fotos 1 e 2, e é o caso também da notícia que acompanha a foto 9, onde se escolhe mostrar a face dos especialistas que opinam sobre o assunto noticiado. As exceções a esta invisibilização são apenas duas, não mostradas neste artigo: a de um “toxicodependente prostituto”, visualmente representado por partes estereotipadas do corpo, e a dos idosos com VIH, visualmente acompanhada por caricaturas de homens idosos ou por uma fotografia que mostra de costas e ao longe um casal heterossexual. No primeiro caso, trata-se de uma reportagem motivada pela excepcionalidade da situação, o da prostituição masculina, relatada no quadro de uma história de interesse humano, e a referência à seropositividade do actor é feita de passagem, como se fosse um

pormenor de somenos importância, em contraste com a forma como o mesmo jornal, o *Jornal de Notícias*, tratou o caso da “prostituta infectada”, relatado no quadro de uma história de conflito. Ou seja, a visibilidade que se dá a este caso que envolve um homem com VIH é motivada pela excepcionalidade das suas práticas sexuais (a que se juntam as de uso de drogas), e não pelos riscos que elas possam colocar aos outros. No segundo caso, o dos idosos, a opção de mostrar elementos masculinos não contraria o privilégio que é dado à sexualidade masculina. Pelo contrário, reforça-a. Mas fá-lo de uma outra forma. E porquê? Porque os textos escritos que acompanham essas duas notícias, ao invés de falarem de mulheres e de homens idosos, centram-se apenas nos homens, não para problematizar os riscos que as suas práticas sexuais podem colocar às mulheres, mas antes para os destacar como “estando em risco”, condição explicada pela sua ignorância sobre práticas de sexo seguro e pela discriminação social de que são alvo. Nestas diversas formas, os homens heterossexuais são desassociados tanto da responsabilidade sobre a origem do mal, como do combate ao mesmo, reproduzindo assim na compreensão do VIH a hierarquia clássica da desigualdade de género.

Pelas razões apontadas ao longo artigo, concluo que o *nós* implicado no discurso jornalístico sobre o VIH/SIDA é o *nós fálico*, o *nós patriarcal*. O leitor construído por, e a quem se dirigem os jornais portugueses, é um leitor que privilegia o corpo e a sexualidade masculina, à custa do corpo e da sexualidade feminina. Curiosamente, esse alinhamento é visualmente manifesto na foto 7 (“Tribunal ordena quebra de sigilo no caso de sida”, *Diário de Notícias*, 16/02/2007, <http://www.dissoc.org/ediciones/v04n02/PintoCoelho-foto10.jpg>).

O ponto de vista a partir do qual o visionador é suposto olhar para “a prostituta” representada (fruto do enquadramento e da escala de planos) é o do “cliente”. O “cliente” é o elemento representado como estando mais próximo do leitor (colocação em primeiro plano, na mesma posição que a câmara e que o visionador) e como sendo o participante cuja identidade é necessário proteger (de costas, apenas vulto, com recurso a escurecimento e desfocagem). A prostituta, pelo contrário, “deve” ser olhada não só como distante, mas também como não estando envolvida com o visionador ou como não fazendo parte do seu mundo (pela escolha de um ângulo de tomada de vista lateral).

Notas conclusivas

O estudo mostra que a relação imagem-texto não se restringe a uma em que a imagem ilustra, ancora ou complementa o que é comunicado pelos títulos

ou legendas, ou vice-versa, sendo que uns e outros podem desempenhar essas funções em simultâneo. As dimensões visual e linguística da cobertura jornalística do VIH/SIDA apresentam particularidades distintas e articulam-se de diferentes formas, incluindo de formas contraditórias. Mas a “mensagem” que produzem em conjunto é coerente de um ponto de vista ideológico. A ideologia de género na base dos discursos que guiam as escolhas linguísticas e também as escolhas visuais é uma só: a patriarcal. E essa orientação é revelada sobretudo pelas imagens.

Acentuei que a cobertura está marcada pelo discurso sobre o risco usado pela saúde pública e por um discurso de género conservador. Estes tipos de discursos são visíveis nos tópicos escolhidos e mostrados, mas também nas exclusões e nos modos como se escolhe escrever e mostrar. São os corpos e os comportamentos das mulheres heterossexuais que estão sob escrutínio público, permitindo-se assim que os homens heterossexuais se mantenham na (imaginária) posição privilegiada de “limpos” (Waldby, 1996). A análise também revelou que o “destino” destas mulheres é mostrado pelos jornais aos leitores como não lhes dizendo respeito, mais ainda, como não fazendo parte do seu mundo. O recurso à essencialização visual das mulheres mostradas e às somatizações linguística e visual agravam este efeito. Significa desumanizá-las. Como refere Chouliariki (2006: 175), “o humano que sofre é o humano que age. Representá-lo sem agência significa retirar-lhe as suas qualidades psicológicas e corporais e afastá-lo da ordem existencial a que pertence a ou o leitor”.

Poder-se-ia dizer que a defesa do anonimato dos envolvidos constitui uma justificação das escolhas visuais realizadas pelos jornais. No entanto, ainda que assim seja, a análise evidencia que essa norma não se aplica a mulheres e homens da mesma maneira. Importará, portanto, reflectir sobre o assunto para que as práticas jornalísticas integrem novas preocupações na cobertura do VIH/SIDA. As possibilidades oferecidas pela adopção de uma orientação cívica no jornalismo poderão abrir novos caminhos, uma vez que requerem uma ética de justiça social, expressa num sentido profissional de responsabilidade pelo diálogo público e pela inclusão da sociedade como um todo (Hodgetts *et al.*, 2008: 62).

Referências

- Bardhan, N. (2001).** Transnational AIDS-HIV news narratives: A critical exploration of overarching frames. *Mass Communication and Society*, 4 (3), 283-309.
- De Vries, J. (2008).** Newspaper design as cultural change. *Visual Culture*, 7 (81), 5-25.
- Barthes, R. (1961).** Le message photographique. *Communications*, 1, 127-

138.

- Barthes, R. (1964).** Rhétorique de l'image. *Communications*, 4, 40-51.
- Barthes, R. (1980).** *La chambre claire. Note sur la photographie*. Paris: Seuil.
- Betterton, R. (2002).** *Prima Gravida*: reconfiguring the maternal body in visual representation. *Feminist Theory*, 3, 255-270.
- Campbell, D. (2008).** *The visual economy of HIV/AIDS*. Retirado de <http://www.david-campbell.org/wp-content/uploads/2008/12/visual-economy-of-hiv-aids-final-report-25-sept-2008.pdf>
- Chouliaraki, L. (2006).** Towards an analytics of mediation. *Critical Discourse Studies*, 3 (2), 153-178.
- Crawford, R. (2006).** Health as a meaningful social practice. *Health*, 10 (4), 401-420.
- Crimp, D. (1992).** Portraits of people with AIDS. In Domna C. Stanton (Ed.) *Discourses of sexuality. From Aristotle to AIDS*. Michigan: The University of Michigan Press, 362-389.
- Fairclough, N. (1995).** *Media discourse*. London: Arnold.
- Gilman, S. (1987).** AIDS and syphilis: the iconography of disease. *AIDS: Cultural Analysis/Cultural Activism*, 43, 87-107.
- Hall, S. (1972).** The determinations of news photographs, *Working Papers in Cultural Studies*, 3, 53-87.
- Hall, S. (2001).** The spectacle of the other. In M. Wheterell, S. Taylor & S. Yates. (Eds.) *Discourse theory and practice. A reader*. London: Sage, 324-344.
- Halliday, M.A.K. (1985).** *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold.
- Hodgetts, D. et al. (2008).** Constructing health news: possibilities for a civic-oriented journalism. *Health*, 12 (1), 43-66.
- Holland, J., Ramazanoglu, C., Sharpe, S. & Thomson, R. (1998).** *The male in the head: young people, heterosexuality and power*. London: Tufnell.
- Hollway, W. (1984).** Gender difference and the production of subjectivity. In J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine (Eds.) *Changing the subject*. London: Methuen, 227-263.
- Huxford, J. (2004).** Surveillance, witnessing and spectatorship: The news and the war on images. *Proceedings of the Media Ecology Association*, retirado de http://mediaecology.org/publications/MEA_proceedings/v5/Huxford05.pdf
- Jewitt, C. & Oyama, R. (2001).** Visual meaning: a social semiotic approach. In T. van Leeuwen & C. Jewitt (Eds.) *Handbook of visual analysis*. London: Sage, 134-156.

- Kress, G. & van Leeuwen, T. (1996).** *Reading images. The grammar of visual design.* London: Routledge.
- Kress, G. & van Leeuwen, T. (1998).** Front pages: (the critical) analysis of newspaper layout. In A. Bell & P. Garrett (Eds.) *Approaches to media discourse.* Oxford: Blackwell Publishers, 186-219.
- Kress, G. & van Leeuwen, T. (2001).** *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication.* Oxford: Oxford University Press.
- Kippax, S. & Race, K. (2003).** Sustaining safe practice: twenty years on. *Social Science & Medicine*, 57 (1), 1-12.
- Konstantinidou, C. (2008).** The spectacle of suffering and death: the photographic representation of war in Greek newspapers. *Visual Communication*, 7 (2), 143-169.
- Lazar, M. (2005).** Politicizing gender in discourse: feminist critical discourse analysis as political perspective and praxis. In Michel Lazar (Ed.) *Feminist critical discourse analysis: gender, ideology and power.* London: Palgrave Macmillan, 1-28.
- Lynch, J. (2000).** AIDS times: representing AIDS in an age of anxiety. *Time & Society*, 9 (2/3), 247-267.
- Lupton, D. (1993).** Risk as moral danger: the social and political functions of risk discourse in public health. *International Journal of Health Services*, 23 (3), 425-435.
- Lupton, D. (1995).** *The imperative of health: public health and the regulated body.* Thousand Oaks and New Delhi: Sage.
- Lupton, D. (1993).** AIDS risk and heterosexuality in the Australian press. *Discourse & Society*, 4 (3), 307-328.
- Mane, P. & Aggleton, P. (2001).** Gender and HVI/AIDS: what do men have to do with it?. *Current Sociology*, 49 (6), 23-37.
- Martinec, R. & Salway, A. (2005).** A system of image-text relations in new (and old) media. *Visual Communication*, 4 (3), 337-371.
- Miller, D., Kitzinger, J. & Beharrell, P. (Eds.) (1998).** *The circuit of mass communication.* London: Sage.
- Patton, C. (1990).** *Inventing AIDS.* New York: Routledge.
- Pinto, F. & Dias, H. (2006).** A problemática do VIH/SIDA na arena pública: esboço de análise dos recortes de notícias produzida pela imprensa escrita em Portugal entre 1983 e 2003. Retirado de http://www.cesnova.fcsh.unl.pt/DOCS/mundos/papers%20in%20conference%20proceedings/DIAS_Pinto_SET_2006.pdf
- Ponte, C. (2005).** A cobertura de epidemias na imprensa portuguesa. O caso da Sida. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ponte-cristina-cobertura-epidemias-imprensa-portuguesa.pdf>

- Rao Gupta, G. (2000).** Gender, sexuality and HIV/AIDS: the what, the why and the how. Washington, DC: International Center for Research on Women. Retirado de http://www.icrw.org/docs/Durban_HIVAIDS_speech700.pdf
- Traquina, N. (1998).** VIH/SIDA e o jornalismo português, *Revista de Comunicação e Linguagens*, 24, 35-60.
- Treichler, P. (1987).** Homophobia and biomedical discourse: An epidemic of signification. *Cultural Studies*, 1 (3), 263-305.
- Richardson, D. (1996).** Contradictions in discourse: gender, sexuality and HIV/AIDS". In J. Holland & L. Adkins (Eds.) *Sex, sensibility and gendered body*. London: Macmillan Press, 161-177.
- Roth, N. & Hogan, K. (Eds.) (1998).** *Gendered epidemic: representations of women in the age of AIDS*. New York: Routledge.
- Sacks, V. (1996).** Women and AIDS: an analysis of media misrepresentations. *Social Science & Medicine*, 42 (1), 59-73.
- Skiller, N., Crystal, S. & Lewellen, D. (1994).** Risky business: the cultural construction of AIDS risk groups. *Social Science & Medicine*, 38 (10), 1337-1346.
- Sontag, S. (1977).** *On photography*. London: Penguin.
- Van Leeuwen, T. (1997).** A representação dos actores sociais. In E. Pedro (Ed.) *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 169-222.
- Van Dijk, T. (2005).** *Discurso, notícia e ideologia. Estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Van Dijk, T. (1998).** *Ideology*. London: Sage.
- Waldby, C. (1996).** *AIDS and the body politic*. New York: Routledge.
- Watney, S. (1987).** *Policing desire: pornography, AIDS and the media*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Nota Biográfica



Maria Zara Simões Pinto Coelho é investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Portugal, e professora auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da mesma Universidade. Doutorada em semiótica da comunicação, tem centrado o seu trabalho académico e de investigação na análise crítica do discurso e, desde 2005, na análise da imagem e da multimodalidade. O seu interesse por estas áreas tem-se concretizado em estudos sobre jornais, publicidade, campanhas de saúde pública, blogs e ecrãs de computadores. As questões em que tem investido mais recentemente relacionam-se com as diferenças de género e de sexualidade, idade e saúde. Esses são os problemas abordados em vários dos seus artigos, publicados em revistas nacionais (e.g. *Análise Social*, 2009; *Média & Jornalismo*, 2009, *Comunicação e Sociedade*, 2007) e internacionais (e.g. *International Journal of Iberian Studies*, 2009, *Revista internacional de Jornalismo Social* (2007). Do seu interesse pela semiótica nos novos média resultou a edição do livro “Ecrã, paisagem e corpo” (2010), onde disserta sobre a instabilidade do ecrã, e a coordenação do número 17 da revista *Comunicação e Sociedade*, dedicada ao tema “ecrãs e ligações sociotécnicas” (2010).